

Grupos suprapartidários fecham acordo sobre 4 pontos

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília

Os dois mais importantes grupos suprapartidários do Congresso constituinte fecharam um acordo ontem sobre quatro pontos polêmicos da nova Constituição. Depois de oito horas de reunião, os grupos conhecidos como "moderado" e "do consenso" anunciaram uma posição comum sobre os temas "Questão Urbana", "Saúde", "Concessões de Rádio e TV" e "Reserva de Mercado". Apesar de terem avançado na discussão da "Reforma Agrária", não foi fechada ainda uma proposta conjunta sobre o tema.

Numa segunda rodada de negociações, os constituintes vão discutir hoje o "Papel do Estado na Economia", a "Definição de Empresa Nacional" e tentar uma solução para "Reforma Agrária". "Avançamos muito", disse o coordenador do "grupo moderado", senador José Richa (PMDB-PR), de centro (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro). O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), de centro-esquerda, coordenador do "grupo do

PONTOS DE ACORDO ENTRE OS DOIS GRUPOS	
Questão urbana	As desapropriações a serem efetuadas para a reforma urbana serão pagas em títulos do governo, com exceção dos imóveis residenciais, cujas desapropriações serão pagas em dinheiro.
Saúde	Será criado um sistema unificado de saúde, em que o setor privado exercerá papel complementar em relação ao setor público. Isso significa que o governo não vai empregar recursos na construção de hospitais privados mas apenas na sua manutenção.
Comunicações	É mantida a proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação, que terá composição tripartite: sociedade (entidades culturais, sindicais etc.), Legislativo e Executivo. O presidente da República continua a conceder canais de rádio e TV, ad referendum do Conselho.
Reserva de mercado	Haverá proteção temporária às empresas de setores de tecnologia nascente (a expressão "reserva de mercado" não será incluída na nova Constituição).

Outros temas polêmicos do Congresso constituinte, tais como reforma agrária, distribuição de impostos, estabilidade no emprego, jornada de trabalho e seguridade social, estão em debate na série de reuniões que os dois grupos estão realizando e que prossegue hoje.

consenso", disse estar "otimista e satisfeito" com a reunião. Juntos, os grupos dizem ter assegurado a maioria dos integrantes do Congresso constituinte. O "consenso" reúne 115 parlamentares de sete

diferentes partidos, com uma predominância de centro-esquerda, enquanto os "moderados" são cerca de sessenta constituintes de perfil de centro-direita. "Já temos a maioria (280 constituintes) tranquilamente",



Os grupos "do consenso" e "moderado", durante reunião no Israel Pinheiro

disse o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. A imissão da posse da terra desapropriada é o único ponto de divergência entre os dois grupos na discussão sobre a reforma agrária. A

centro-esquerda quer a imissão imediata, enquanto a centro-direita quer assegurar ao proprietário o direito de contestação judicial. "Este é o ponto mais importante", afirmou o senador Virgílio Távora (PDS-CE), de direi-

ta, integrante dos dois grupos e defensor de uma solução "progressista".

Reunidos no Instituto Israel Pinheiro, às margens do Lago Sul, cerca de vinte constituintes representando os dois grupos aprovaram a proposta de "Reforma Urbana", que indenizaria as desapropriações com títulos da dívida pública. As desapropriações de imóveis residenciais seriam pagas em dinheiro. Os constituintes mantiveram a "reserva de mercado" para as indústrias de "tecnologia nascente" e de interesse nacional, e propuseram a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, composto pelo Executivo, Legislativo e sociedade civil, para referendar as concessões de rádio e TV feitas pelo presidente da República.

O "grupo moderado" denominou suas propostas, na semana passada, de "Projeto Icaro". Trata-se de uma referência ao lendário herói grego que construiu asas de cera e penas, na tentativa frustrada de voar. Com o calor do sol, a cera derreteu e as penas foram caindo — assim como, os artigos supérfluos do projeto da Comissão de Sistematização.

Maciel e Sant'Anna discutem votações da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A duração do mandato do presidente Sarney, o sistema de governo, a anistia, a reforma agrária, o voto distrital e a definição de empresa nacional são temas em que não há a possibilidade de se obter o consenso das diversas forças políticas e seguramente deverão "bater chapa", ou seja, serão decididos pelo voto, no plenário do Congresso constituinte. A previsão foi feita ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 54, depois de um encontro de meia hora com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE).

A avaliação do líder peemedebista não coincide com a do dirigente do PFL. Os dois conversaram sobre a necessidade de entendimento em torno dos temas polêmicos, diante da proximidade das votações, em setembro. Depois do encontro, Maciel disse considerar "possível um entendimento das forças políticas sobre regime de governo, duração do mandato, reforma agrária e organização sindical".

A despeito da divergência, o encontro, segundo a versão dos dois, destinou-se à definição de uma estratégia comum do PMDB e PFL para a aprovação dos assuntos mais polêmicos. Sant'Anna afirmou que sua intenção é permitir negociações sobre cada tema sem fugir ao calendário de votações.

Na opinião do líder peemedebista, a estabilidade no emprego, jornada de trabalho, reserva de mercado para empresas nacionais, organização sindical e direito de greve são pontos de "negociação difícil mas possível", conforme definiu. Em apenas duas questões ele prevê consenso: nas concessões de rádio e televisão e na destinação de recursos públicos ao ensino particular.

Segundo Sant'Anna, diante dessa perspectiva os acordos preliminares serão concentrados na organização do processo de votação. Os entendimentos dos diferentes grupos serão no sentido de definir, por consenso, os assuntos que devem ser objeto apenas de legislação ordinária, ficando no texto constitucional apenas as diretrizes. Feito o primeiro "enxugamento", será então iniciado o entendimento em torno dos temas constitucionais propriamente ditos. Na primeira etapa, os pontos de consenso serão votados em pouco tempo, sem muita discussão, restando ao debate o "rescaldo sobre o qual não houver acordo".

Apesar de ter discutido com Sant'Anna sobre essa estratégia, o senador Marco Maciel foi evasivo quanto ao encaminhamento das votações. Mesmo prevendo o entendimento, disse que enquanto não for conhecido o parecer do relator do projeto de Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), "torna-se difícil qualquer acerto mais concreto sobre qualquer tema".

Aposentadoria de "marajás" aos dez anos é ilegal, diz procurador

Da Sucursal de Brasília

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, 49, declarou inconstitucional a lei que dá direito aos servidores públicos estaduais de Alagoas a se aposentarem com dez anos de serviço, confirmando a sentença do Supremo Tribunal Federal, que no último dia 6 de maio concedeu medida cautelar suspendendo a execução da lei. Sua inconstitucionalidade, pedida pelo governador Fernando Collor de Mello (PMDB), 49, atinge diretamente os "marajás" do Estado de Alagoas.

Sepúlveda baseou-se no artigo 101 da Constituição, que diz que os funcionários públicos homens só po-

Fernando Henrique quer modificar o conceito de empresa nacional

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, vai defender hoje no plenário do Congresso constituinte a modificação do conceito de empresa nacional que consta do anteprojeto de Constituição. Segundo o senador, o texto deve fazer uma distinção clara entre "empresa nacional" e "empresa nacional com participação de capital estrangeiro". O discurso de Cardoso será feito em sessão extraordinária, dentro da série que está sendo realizada para a discussão de temas específicos.

O anteprojeto do relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), define como empresa nacional "a pessoa jurídica constituída e com sedeno país, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito interno". Para Cardoso, é necessária uma "dupla definição" entre outras razões, para permitir a concessão de benefícios fiscais somente às empresas nacionais. O deputado Vladimir

OS TEMAS EM DISCUSSÃO	
Sessões extraordinárias para discussão de assuntos determinados	
Hora: 18h45 às 23h45	
Número de oradores: quinze por sessão	
Tempo para cada orador: vinte minutos	
Hoje	Economia, propriedade e estatuto de empresa nacional e estrangeira
Dia 12 (quarta-feira)	Direitos trabalhistas e liberdade sindical
Dia 13 (quinta-feira)	Educação
Dia 18 (terça-feira)	Sistema eleitoral e voto distrital
Dia 19 (quarta-feira)	Reforma urbana
Dia 20 (quinta-feira)	Saúde e previdência social

Oradores por partido, em cada sessão: PMDB três, PFL dois, PDS um, PDT um, PTB um, PT um, PL um, PDC um, PC do B um, PCB um, PSB um, PMB um

Observação:
1. As indicações são das lideranças;
2. Não haverá breves comunicações e comunicações de lideranças;
3. O tempo para cada orador é indivisível.

Palmeira, (PT-RJ), de esquerda, que vai discursar em nome do partido, disse que a redação atual do anteprojeto permite que empresas de capital estrangeiro sejam consideradas nacionais, bastando para isso que se instale no país.

PDS não fala
O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), de centro, e os deputados peemedebistas Virgildásio Senna

(BA), centro-esquerda, e Sérgio Werneck, centro, também vão discursar. O PDS, segundo o líder na Câmara, Amaral Netto, direita, não tem ninguém inscrito para discursar. O senador Roberto Campos (PDS-MT) entretanto, disse ontem que considera "um absurdo" definir conceito de empresa nacional no texto constitucional. Para ele, as distinções entre as empresas devem ficar para a legislação ordinária.

Aliança é tema do partido, diz Covas

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, 57, disse ontem que não leu a carta que o coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco, deputado Maurílio Ferreira Lima, de esquerda, lhe enviou, mas adiantou que discorda de sua proposta de reunir a bancada do partido para decidir sobre o fim da Aliança Democrática. "É uma pauta para o partido, e não para a bancada", disse o senador.

O líder da bancada mineira do PMDB, deputado Marcos Lima, de centro, quer uma decisão do partido sobre o fim da Aliança, mas só depois que a nova Constituição for promulgada. Ele disse que, neste momento,

uma decisão do PMDB teria o poder de "implicar os entendimentos suprapartidários" entre os grupos que tentam redigir uma Constituição de consenso. Já o coordenador da bancada paulista, deputado Roberto Rollemberg, de centro-esquerda, afirmou que não é contra nem a favor da reunião proposta por Maurílio "porque a Aliança não existe".

O deputado Fernando Lyra, de centro-esquerda, colega de Maurílio na bancada pernambucana, afirmou que é uma das propostas mais "inócuas" que ouviu nos últimos dias. "A Aliança hoje não passa de um arranjo entre as cúpulas partidárias, na troca de apoio por cargos", disse ele.

O líder do governo na Câmara,

deputado Carlos Sant'Anna (BA), de centro-esquerda, quer uma reunião do PMDB, mas com uma pauta diferente da cobrada por Maurílio: "Se for para discutir o aperfeiçoamento da Aliança, subscrevo". Sant'Anna disse que entende "as dificuldades" da Aliança nos Estados e municípios, mas defende sua manutenção a nível nacional. "É totalmente necessária", afirmou o deputado. A demissão de Dorany Sampaio da direção da Sudene motivou Maurílio a enviar a carta a Covas. Dorany fora indicado pelo PMDB pernambucano e foi o pivô da demissão do ministro do Interior, Joaquim Francisco, do PFL, substituído pelo ex-governador de Sergipe, João Alves (PFL).

Lula propõe aproximação com a URSS

Da Sucursal de Campinas

O deputado federal pelo PT, Luis Inácio Lula da Silva, disse ontem, em Campinas (100 km a noroeste de São Paulo), que o Brasil precisa adotar uma política de aproximação dos países do bloco socialista, para poder enfrentar os Estados Unidos, na questão da dívida externa. Ele fez essa afirmação durante o comício pela antecipação das eleições presidenciais para 1988, realizado no

Largo do Rosário (região central daquela cidade), do qual participaram cerca de 4 mil pessoas, segundo estimativa dos organizadores do comício. A polícia militar estimou o público em 1.500 pessoas.

O presidente do PT disse que o Brasil "não pode ser um país de um só parceiro, precisando de apoio do bloco socialista para renegociar a dívida externa". Lula, o presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o deputado federal

do PDT, Adhemar de Barros Filho, foram as principais estrelas do comício, convocado pela CUT, PDT, PCB e PC do B. Adhemar de Barros foi vaiado pelo público e não conseguiu discursar, apesar dos apelos do animador Ary Costa, pedindo unidade e vaias para o presidente José Sarney.

Jair Meneguelli reiterou que a greve do dia 20 terá participação maior em relação à realizada em 12 de dezembro do ano passado.

Presidente defende 5 anos de mandato

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, disse ontem, em entrevista ao jornal mexicano "Excelsior", que cinco anos "é o tempo mínimo" de mandato para que possa deixar o país institucionalizado e com a transição devidamente terminada", acrescentando que defende um "presidencialismo com Parlamento forte", porque o quadro político-institucional do país ainda não permite o parlamentarismo. Sarney viaja para o México no próximo dia 16.

Sarney também recebeu a correspondente da emissora "Televisa" no Rio de Janeiro, Ann Moxey, com a

qual conversou durante quinze minutos. A "Televisa" é a principal emissora do México, e a entrevista foi ao ar ontem às 24h (hora de Brasília; 21h na Cidade do México), durante o principal noticioso do país — "24 Horas".

Ao jornal "Excelsior", Sarney disse que, quando definiu seu próprio mandato, o país atravessava uma situação difícil, "com inflação de 23% ao mês" e a necessidade de renegociar a dívida externa. Não podia, segundo ele, esperar mais por uma definição do Congresso constituinte.

Hidrelétrica de Xingó
Durante a viagem que Sarney fará

amanhã ao canteiro de obras da hidrelétrica de Xingó, na fronteira entre Alagoas e Sergipe, poderá ser definido o perfil do novo superintendente da Sudene. Foi o que disse ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Antônio Frota Neto, 44.

Segundo ele, em Xingó (onde o presidente detonará a primeira bancada do circuito de desvio do rio São Francisco para levantamento da barragem da hidrelétrica) deverão estar os nove governadores do Nordeste (inclusive Miguel Arraes, de Pernambuco) e o de Minas Gerais, Newton Cardoso.

Perplexidade do eleitorado

LUCIA HIPOLITO

Especial para a Folha

"Desconfiar sempre de gente que confunde Picasso com Pinóquio".
Groucho Marx

Os eleitores brasileiros, dos mais variados matizes políticos e ideológicos, devem estar perplexos com a atuação da Assembleia Nacional Constituinte. Não é para menos. Afinal, pensarão alguns, não suportamos vinte anos de oposição, cassação, prisão, tortura, exílio e até morte, para assistir a uma aliança espúria entre a esquerda "progressista" e a direita "carcomida" na defesa de determinados temas. Trata-se de um absurdo, pensarão outros, termos de tolerar que "revolucionários sinceros" tenham a companhia de "esquerdistas subversivos" na sustentação de outras tantas questões.

O eleitorado não deve se assustar tanto. Pois uma das lições mais interessantes que se tira quando se estudam os sistemas partidários é que as clivagens eleitorais não se reproduzem necessariamente na vida parlamentar, e muito menos numa Assembleia Constituinte.

Se esta constatação perturba os eleitores, perturba mais ainda os atuais constituintes, que só agora se defrontam com as inúmeras possibilidades de alianças suprapartidárias durante os debates da Constituinte.

Na verdade, fosse esta uma transição "normal" — até onde um processo de transição pode conter alguma normalidade —, estas questões não enfimariam nenhuma carga de perplexidade ou angústia. Todo momento constituinte, para ser profícuo e digno do nome, traz consigo uma lógica que se explicita no máximo da incerteza: posto que uma Constituinte é soberana, pode transformar república em monarquia, capitalismo em socialismo, bicameralismo em unicameralismo, e assim por diante. Portanto, ao longo do processo é possível, e desejável, que se diluam as fronteiras partidárias, e alianças "ad hoc" se forjem em torno de temas. O resultado final será não apenas um novo país, retratado em uma nova Carta constitucional, mas também um novo sistema partidário, gerado pelas inusitadas afinidades ideológicas gestadas durante os debates das grandes questões constitucionais.

No caso brasileiro, dada a configuração dos atuais partidos, um número muito pequeno de questões atrela rigidamente os seus membros, mesmo nos partidos considerados mais ideológicos. Os partidos são, no fundo, muito mais pragmáticos que ideológicos, o que quer dizer que as fronteiras não são estanques, permitindo combinações não imaginadas a priori.

Tudo estaria no melhor dos mundos não fora um fator complicador que impede este arranjo lógico, normal e desejável, insisto. É que os nossos constituintes padecem de "dupla militância", isto é, são também deputados e senadores eleitos no quadro de um sistema partidário eleitoral, já ultrapassado pela dinâmica do processo constituinte, mas que os qualificou como membros de

uma Câmara e de um Senado teoricamente em funcionamento.

Contra isso, se poderia argumentar com a própria história do Brasil. Afinal, desde a proclamação da República tivemos apenas uma Constituinte exclusiva, a de 1933/34, e três Constituintes que se transformaram em Congresso ordinário: a de 1891, a de 1946 e a atual. Não obstante, a Constituinte dos nossos dias é a única que exerce a "dupla militância". As três anteriores nasceram de rupturas com o período antecedente. Daí resultou que os constituintes dedicaram-se tranquilamente e exclusivamente à tarefa de elaborar a nova Carta, enquanto os Executivos legislavam por decreto. Situação que, sabemos todos, é distinta da atual.

Assim sendo, as alianças que se formam na Constituinte em torno de determinados temas são naturalmente presididas pela lógica constituinte, ou seja, a criação de grupos suprapartidários que, em circunstâncias normais, desaguardariam em novos partidos, ainda que se mantivessem as atuais siglas. Em outras palavras, empregando uma imagem cara aos modernos teóricos da comunicação, o continente seria mantido, com uma substantiva alteração do conteúdo. Ganhariamos o sistema partidário em consistência interna, ganhariamos a dinâmica da competição interpartidária, ganhariamos a modernização do sistema político como um todo. Enfim, um passo adiante seria dado, em direção ao país que queremos.

Entretanto, o atrelamento à lógica do sistema partidário eleitoral, somado à realidade quase inconsciente e muitas vezes rejeitada das alianças suprapartidárias geradas no calor dos debates das questões constitucionais — isto é, o choque entre o passado e o presente —, conduziu a Assembleia Nacional Constituinte a um estado de pré-catatonia, a uma "paralisia decisória", para tomar emprestado o acurado conceito criado por Wanderley Guilherme dos Santos.

O que todos tememos é que, chegando-se à paralisia nas subcomissões e no plenário, pode estar sendo urdido na sombra um pacto entre elites, do qual ameaça sair uma Constituição que não terá sido elaborada nem pela sociedade, nem — o que é mais alarmante — por boa parte dos constituintes. Não se tem nada a opor a um pacto entre elites feito às claras, pois uma Constituição é sobretudo o resultado do grande pacto social que se busca. Mas as sombras ocultam mundos inesperados, indesejados e incontroláveis.

Atenção, pois, senhores constituintes. Mais do que o texto da nova Constituição, estão em jogo os fundamentos da democracia no país. Uma Constituição pode ser obra de uma mente isolada, trancada num gabinete — e os sobreviventes de 1937 e de 1967 têm memória disto. Mas a democracia todos os brasileiros sabem perfeitamente o que custa conquistar e manter.

LUCIA HIPOLITO, 37, é mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), autora de "De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)" e co-autora de "Artes da política: diálogo com Amaral Netto".